

Roberta Pinheiro Lima  
Psicóloga – INES

Rosária Maia  
Assistente Social – INES

Silvia Dabdab C. Distler  
Assistente Social – INES

## Reflexão sobre um trabalho com famílias



O presente trabalho teve seu início em 1996, no Instituto Nacional de Educação de Surdos, sendo desenvolvido por técnicos da DISOP (Divisão Sócio-psicopedagógica), dentro dos segmentos compreendidos entre a Estimulação Precoce e a 4ª série do 1º grau.

Apesar de não ser inédita — toda escola fez reunião com responsáveis — é uma experiência que primou por uma abordagem pautada numa prática, e caracterizada pela participação integrada de diferentes profissionais, a saber: assistente social, psicóloga e professores das respectivas turmas atendidas.

Teve como motivação o desenvolvimento de uma ação institucional voltada a compreensão das dificuldades e problemáticas que envolvem as famílias de nossos alunos, objetivando não só orientá-las mas, sensibilizá-las, estimulá-las e instrumentalizá-las para a obtenção de relações mais satisfatórias e gratificantes.

Não pretendemos neste espaço apresentarmos o projeto em si, mas tecemos considerações acerca das motivações, ob-

jetivos e etapas por nós vivenciadas. Acreditamos que não se trata de um modelo fechado. Nestes 3 anos de execução muito já foi adaptado de acordo com a realidade vivida na instituição. O processo não é estanque permitindo avanços e retrocessos, podendo ser enriquecido por tantos quantos pretendam aproveitar nossa experiência.

O desenvolvimento biopsico-social de crianças e adolescentes está intimamente relacionado as vivências familiares.

Quanto mais produtivo e seguro é este ambiente familiar, mais equilibrada, estável e feliz é a criança fruto desse meio.

Qualquer trabalho que se considere sério e coerente, seja em escolas, hospitais ou centros de tratamento, não pode prescindir da participação da família, pois o indivíduo é primariamente produto dessas relações e as refletirá, ao longo da sua vida.

No caso do INES, atendemos uma maioria de pais ouvintes cujos filhos são surdos. Estes chegam a instituição frustrados, temerosos, aturdidos com uma realidade a qual eles não estão preparados para se confrontar. Eles não tem consciência do que significa a surdez para a vida de seus filhos e não conseguem, na maioria dos casos, perceber os potenciais e as possibilidades educativas, que permitirão a estes, uma vida plena.

Uma diferença sensorial, implica numa atenção especializada, mas é apenas um dos sentidos que está prejudicado, pois a pessoa como um todo, sente, vive, espera, requer, anseia e tem neces-

sidades da mesma maneira que todas as demais.

Assim preocupamo-nos não somente em informar, mas também refletir com esses pais o que significa ter um filho diferente; como aprender a lidar com este fato; de que forma se pode desenvolver o máximo das potencialidades dessas crianças para que elas obtenham um pleno desenvolvimento, minimizando os sentimentos contraditórios inevitavelmente existentes.

Uma segunda observação se refere ao fato de que alguns responsáveis, por se sentirem inseguros e descrentes frente a resultados pedagógicos mais lentos, acabavam por se afastar da escola e conseqüentemente não propiciam condições favorecedoras e incentivadoras ao crescimento escolar de suas crianças. Em casos mais extremados, constatamos a existência de genitores que acreditam ser a surdez sinônimo de deficiência mental, reagindo negativamente quando o outro cônjuge insiste em trazer o filho para a escola. Para que levar esta criança a escola? Ela não vai aprender mesmo... dizem...

Sendo o INES uma unidade educacional especializada que se encontra fisicamente afastada da maioria dos bairros periféricos, origem da grande parte de nossos usuários, constatamos que, para garantirem o direito à escolarização de seus filhos surdos muitas mães “abandonam” os demais familiares, bem como afazeres domésticos, para permanecerem por longos períodos esperando o transcorrer das atividades. Sobrecarregam-se física e emocionalmente, sendo que não raras vezes são cobradas pelos maridos e

**“A realidade social/emocional na qual estão inseridos exerce prioritariamente uma grande influência sobre o aluno e seu grupamento familiar, em suas relações sociais.”**

demais filhos por estarem abdicando de suas “obrigações”, como se o papel da mulher fosse somente ser a senhora do lar.

Então percebemos que o êxito de nossos alunos não depende só de como seus familiares vêem sua escolaridade; e no quanto acreditam e investem em seus filhos. A realidade social/emocional na qual estão inseridos exerce prioritariamente uma grande influência sobre o aluno e seu grupamento familiar, em suas relações sociais.

Quanto aos atendimentos técnicos efetuados por esta DISOP, percebemos que muitos adolescentes são encaminhados pelos Conselhos de Classe por apresentarem “distúrbio de comportamento”. O que observamos é que estas condutas, na maioria dos casos, sugerem uma realidade de afastamento afetivo existente entre pais e filhos. A falta de comunicação pela utilização de línguas diferentes; a não aceitação de alguns pais de aprenderem a Língua de Sinais (LIBRAS), pois na verdade o que não aceitam é a condição de surdez, gerando uma infinidade de conflitos que se refletem nas atuações desses jovens. A maioria se mostra insegura do amor destes pais, sentem-se desvalorizados frente a outros elementos da família, relegados a plano inferior, alijados de suas respectivas referências familiares.

Os problemas de relacionamento, a falta de comunicação, o isolamento a que muitos desses jovens são expostos, produzem uma gama de situações muito parecidas e que culminam no período da adolescência. São envolvimento com drogas, abandono de casa, gravidez indesejada, envolvimento em atos anti-sociais, entre outros. Isto pode ser questionado, vez que estes problemas se dão na adolescência como um todo, mas percebemos que a frequência e a intensida-

de com que ocorrem entre surdos é bastante característica, entendendo que a realidade social é determinante na maioria das situações acima expostas.

O trabalho com famílias por nós proposto prevê, portanto, o fortalecimento das relações família-escola/família-aluno/aluno-escola/família-sociedade, criando um ambiente de aproximação e confiança, permitindo que pais e/ou responsáveis identifiquem e compreendam suas necessidades e dificuldades, tornando-se sujeitos de suas histórias e participando na melhoria da qualidade de suas vidas juntamente com seus filhos.

Entendemos ser essencial um parêntese para falarmos na ênfase dada por nós a desinternação de crianças surdas que permaneciam no INES durante os dias letivos e só retornavam para casa aos fins de semana e feriados. Há muito a medida de internação tem sido tratada como algo ineficaz e prejudicial ao pleno desenvolvimento afetivo/emocional/social de qualquer ser humano, e os surdos não fogem a regra. Legalmente amparadas, (Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA), há dois anos estamos preparando os responsáveis para a perspectiva de ter suas crianças de volta ao lar. Entendendo que os custos pessoais/sociais são maiores que os benefícios até então apregoados.

Se por um lado a convivência com outros surdos fortalece a criação de uma identidade própria, por outro o afastamento do núcleo familiar, gera, a médio e longo prazos uma vivência de abandono, isolamento, menos valia, insegurança muito intensas. A criança surda não se sente parte desse núcleo, a comunicação com eles é frágil (não observamos nenhum movimento desses pais no sentido de aprenderem a língua dos filhos). Suas rotinas são diferentes, como os são os recursos colocados a sua disposição.

Na maioria dos casos as condições financeiras da família são bastante precárias, o que gera uma expectativa irreal nessas crianças frente a realização de suas necessidades, o que o internato fornece é muito além de suas realidades.

Os próprios alunos sinalizavam que queriam voltar para casa, alguns chegaram a somatizar sintomas clínicos, demonstrando inconscientemente o descontentamento pelo afastamento do lar. Efetuamos um trabalho diferenciado, em grupo e individualmente, com esses responsáveis visando atingir este objetivo, ou seja o retorno do aluno ao seu grupo familiar assim como resgatando as relações com a população no local de moradia. Apoiamos as famílias nos aspectos concretos — ajuda financeira, transferência para outras unidades educacionais especializadas na comunidade — para que a desinternação fosse finalmente alcançada. O que efetivou-se no primeiro trimestre de 1999.

Também prestamos um trabalho de assessoria à Associação de Pais dos INES-APINES — entendendo que a participação organizada dos pais é fundamental no processo de transformação do sistema educacional brasileiro.

Temos como objetivo estimular a participação dos pais e/ou responsáveis visando a formação de uma consciência crítica e realista diante dos aspectos relacionados a surdez; levando-se a repensar suas relações no mundo; posicionando-os como alvo de direitos; estimulando a criação de novas posturas frente as respectivas vivências, com vistas a melhoria da qualidade de vida de todo o núcleo familiar.

Com esse objetivo nos trabalhos com grupos buscamos promover maior participação dos pais e responsáveis assim como:

Facilitar a reflexão sobre as dificuldades relativas a realidade da surdez, bem como entendimento de suas especialidades; estimular a percepção das potencialidades dos seus filhos surdos; permitir maior identificação entre os participantes, promovendo um espaço de troca através da ajuda mútua; auxiliar na compreensão de assuntos específicos, informativos, tais como: sexo, drogas, educação, limites, entre outros; orientar sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes num contexto geral; obter uma visão mais imparcial e fidedigna, através das diferentes óticas profissionais, sobre as posturas, expectativas, frustrações apre-

sentadas por estes familiares, trabalhando-as de forma conjunta e integrada; otimizar o tempo de permanência desses responsáveis na escola, tornando-o mais produtivo e interessante; estimular, a partir das situações do cotidiano, a conscientização dessas famílias levando-as a repensarem a realidade social na qual estão inseridas, identificando e buscando seus direitos e cidadania; desenvolver uma abordagem preventiva objetivando o manejo de conflitos futuros; estimular a qualidade de relacionamento e vida de todo o grupo familiar.

A metodologia foi desenvolvida visando atender a objetivo acima descrito.

Para a otimização do tempo de permanência dos responsáveis na escola, optamos por efetuar reuniões técnicas

Em 1996 tivemos como tema geral a "Importância da Comunicação". No ano seguinte as discussões geraram em torno dos "Processos de Educação". No subsequente "Expectativas de Vida" e no corrente ano "Ser ou não Ser diferente. É uma questão".

Assim foi-nos possíveis discorrer sobre as dificuldades na comunicação; a importância da comunicação no processo de aceitação da surdez; a aplicação de limites num processo de educação; as diferenças e similaridades na educação de surdos e ouvintes; as aspirações frente ao futuro dos filhos surdos, temores e inseguranças frente a essa educação, entre muitos assuntos e a participação dos pais intervindo em suas relações sociais.

É importante observar que alguns

É fundamental frisar nossa observação de que filhos surdos oriundos de famílias surdas se apresentam muito mais estruturados afetivo/emocionalmente, vez que a comunicação se faz de forma natural e os conflitos emocionais devido a aceitação da surdez inexistem.

Acreditamos que as dificuldades observadas em famílias constituídas por pais ouvintes e filhos surdos sejam semelhantes das vividas em constelações familiares de pais surdos e filhos ouvintes.

Quanto aos resultados obtidos em primeiro lugar percebemos um aumento significativo na participação dos familiares, não só nos grupos, mas também na procura espontânea de atendimentos individuais, estabelecendo-se naturalmente uma forte relação de confiança.

Porém estamos ainda distante do ideal. Existem pais que não atendem as convocações para reuniões. Paradoxalmente, temos observado que são exatamente estas famílias que nos procuram quando problemas de relacionamento já estão irremediavelmente instalados.

O programa sofreu alterações durante o processo em decorrência da sobrecarga de trabalho. Nem sempre conseguimos nos reunir como o planejado.

As situações de alunos passaram a ser discutidas pelos diferentes profissionais numa atuação co-participativa.

O processo vem sendo sistematicamente avaliado.

As reuniões visaram não só dar informações sobre assuntos de relevância, mas também de formar opinião sobre tais questões, através de um processo de conscientização crítica, permitindo que os familiares percebam seus direitos e deveres e se posicionem na sociedade.

Finalmente a percepção de que crianças/adolescentes surdos possuem potenciais como qualquer indivíduo, desmistificando a visão incapacitante da surdez, pôde gerar em alguns responsáveis sentimentos de esperança e consequente vontade de investirem no futuro de seus filhos. Esta constatação permitiu uma reaproximação efetiva e mesmo não sendo uma maioria, justificam a continuidade do presente trabalho.

**"(...) a percepção de que crianças/adolescentes surdos possuem potenciais como qualquer indivíduo, desmistificando a visão incapacitante da surdez, pôde gerar em alguns responsáveis sentimentos de esperança e consequente vontade de investirem no futuro de seus filhos."**

bimensais, intercaladas com as reuniões pedagógicas, dadas tradicionalmente pelos professores. Assim o responsável é convocado mensalmente uma única vez. A proposta original, que por força da necessidade acabou passando por adaptações, previa a participação do professor, assistente social e psicólogo em todas as reuniões. A participação integrada não só facilitava a intervenção propriamente dita, mas também gerava um ambiente entre os profissionais de confiança, vez que as soluções eram compartilhadas por todos.

As dinâmicas utilizadas nas reuniões variam desde grupos operativos, palestras, seminários dados pelos próprios pais, apresentação de vídeos, e outras intervenções grupais. São propositadamente diversificadas e procuram seguir um esquema básico para discussão. Entretanto o grupo tem prioridade na sua demanda, de forma que quando necessário os temas são modificados para atenderem as necessidades de cada grupamento.

professores foram naturalmente modificando os seus esquemas de reunião de forma que a abordagem técnica-pedagógica se tornou bastante uniforme e articulada. A proposta original previa a avaliação e reprogramação imediatamente após cada reunião, mas o tempo mostrou-se insuficiente, de forma que este nível de interação ficou prejudicado.

Lembramos as diversidades de faixas etárias existentes entre alunos destes segmentos, que variam de 4 meses a 20 anos de idade. Para atendermos esta característica já efetuamos uma abordagem de temas mais diferenciada, respeitando as etapas do desenvolvimento infantil e juvenil.

Nossa população alvo é compreendida por pais/responsáveis de alunos matriculados nos segmentos compreendidos entre a Estimulação Precoce e 4ª série do 1º grau. Pais ouvintes e surdos. No caso da participação de pais surdos as reuniões contam com a participação de intérpretes.